

SESSÃO SOLENE PLENÁRIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA REGIÃO PARA A POSSE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA COMO PRESIDENTE E DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR RIBAMAR LIMA JÚNIOR COMO VICE-PRESIDENTE E CORREGEDOR REGIONAL, EM 23 DE MARÇO DE 2022.

– DISCURSO DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ALEXANDRE NERY DE OLIVEIRA:

Excelentíssimo Senhor Ministro EMMANOEL PEREIRA, DD. Presidente do Colendo Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento todos os magistrados dos diversos graus de jurisdição;

Excelentíssimo Senhor IBANEIS ROCHA, Governador do Distrito Federal, na pessoa de quem cumprimento a sociedade jurisdicionada por este Tribunal e que justifica nossa existência como Instituição;

Excelentíssimo Senhor Ministro GUILHERME CAPUTO BASTOS, DD. Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho;

Excelentíssima Senhora GENY HELENA MARQUES, Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho, na pessoa de quem cumprimento os Senhores Membros do Ministério Público;

Excelentíssimo Senhor DÉLIO LINS E SILVA FILHO Presidente do Conselho Seccional do Distrito Federal e neste ato também a representar o Conselho Seccional do Estado de Tocantins da Ordem dos Advogados do Brasil, na pessoa de quem cumprimento todos os senhores Advogados;

Excelentíssimo Senhor Desembargador BRAZ HENRIQUES DE OLIVEIRA e Ilustríssimo Senhor ANTONIO BAIÃO, nas pessoas de quem cumprimento todos os magistrados e servidores que fizeram e fazem a história deste Tribunal;

Ilustríssimos familiares, amigos dos empossados e todos os presentes a esta solenidade ou que nos assistem em transmissão pela *internet*:

Reúne-se hoje a egrégia Corte Plenária do Tribunal Regional do Trabalho da Décima Região para dar posse a sua nova direção para o período 2022/2024 e marcar o início da nova gestão.

Na transferência de comandos e continuidade administrativa que impera neste Tribunal, mudam os estilos, mas ficam as premissas estabelecidas pelos dirigentes anteriores em prol de evoluir em relação ao conquistado e aprimorar, sempre, a autoridade das decisões proferidas pelos magistrados de primeiro e segundo graus, a dignidade dos servidores, a cooperação com o Ministério Público, o respeito aos advogados e a celeridade na prestação jurisdicional eficiente e equilibrada em prol das partes a quem se dirige toda nossa atividade como órgãos do Poder Judiciário da União.

A Presidência que se encerra, sob o comando do Exmo. Sr. Desembargador Brasilino Santos Ramos, perfez-se sob um modelo regimental novo, de divisão da Presidência para que assumisse o Vice-Presidente as funções próprias da Corregedoria. Mas a divisão regimental resolveu-se em soma de esforços, numa parceria que permitiu conduzir o Tribunal em momento distinto de outros tantos da história em razão da pandemia do coronavírus. Já ao instante da posse, a primeira virtual no País, realizada ainda sem a transmissão devida, mas gravada para a posteridade, a Corte teve que reinventar-se para os momentos de dúvida que se seguiriam. O comando firme do Presidente Brasilino Santos Ramos permitiu-nos chegar ao porto seguro. Sem deixarmos de prestar jurisdição nem um dia, os magistrados e servidores de primeiro e segundo graus caminharam ao longo desse tempo com toda a segurança sanitária exigida por tempos estranhos em que um vírus paralisou o planeta, mas não o Judiciário brasileiro moldado no processo eletrônico e no empenho de seus integrantes. A gestão que se encerra deixa marcas para o futuro, a agigantar ainda mais quem nos conduziu por esses tempos difíceis, a envaidecer sua família, e a consolidar o que começou com uma parceria e deixa raízes de verdadeira amizade. Porque não teria muito feito na Corregedoria se não fosse a salutar companhia e

cooperação cotidiana do Presidente, que me permitiu perseguir projetos, alinhar metas, alterar os modos de relação com os magistrados de primeiro grau, numa atuação também de mútuo respeito e coordenação para o trabalho em prol de nossos jurisdicionados. Os registros, portanto, são poucos para o que tivemos de seguro ao chegar ao porto após tantas tempestades. Obrigado, comandante Brasilino Santos Ramos. Obrigado, meu parceiro e amigo de todas essas horas. Meu caminho seguirá mais fácil com a trilha que Vossa Excelência pavimentou para meu destino daqui em diante.

Os Presidentes que cessam seus mandatos neste Tribunal sempre podem ter o orgulho de dizer que evoluíram além do que antes fora conseguido, porque isso em nada desmerece os mais antigos, enquanto os firmam como os alicerces mais fundos em que se tem construído esta Casa de Justiça.

Os novos Presidentes devem, assim, sempre, na continuidade, evoluir, porque nada é aquele que apenas repete o já feito, com medo de novos caminhos, mas também nada é aquele que apenas destrói as trilhas existentes e as setas que apontam para novos destinos.

Nisso, já há muito a ser feito.

O nosso Tribunal é como aquelas catedrais antigas, que eram imaginadas por quem sabia que não as veria prontas, mas que ainda assim dava o primeiro passo para a pedra fundamental, e outros se seguiam, até que a catedral estivesse levantada, e quando estava dada como concluída, os pilares antigos haviam de ser revisitados para se perceber se toda a estrutura ainda se erguia firme, se novos pilares eram necessários, se o tempo não corroera alguma ideia passada e se novas deveriam sustentar a edificação para que continuasse firme e pudesse continuar-se a construção há muito iniciada.

Cada Presidente deste Tribunal é elemento dessa grande construção, desde o nosso primeiro mestre, o saudoso Desembargador Herácito Pena Júnior, que partiu do

nada, como a pedra fundamental de nossa Corte, até aquele que assumirá em tempo futuro, quando já não estivermos mais aqui, porque se vão os homens e mulheres que além da magistratura dignificam também a atividade administrativa da Corte, mas ficam, sempre, seus sonhos e suas realizações.

Nossos prédios podem ruir, mas a ruína virá mesmo se sucumbirem nossas esperanças de construir ou reconstruir para algo melhor.

Porque passamos, mas não devem passar em vão nossas ideias e ideais.

Porque passamos, mas esta nobre Instituição ficará além de nós como garante do Direito Social, em toda sua amplitude e variantes, no âmbito desta Região e além dela, sobretudo pelo respeito que outros enunciam acerca de nossa jurisprudência e de nossas práticas.

Por isso, sempre nos cabe lembrar e imaginar os passos seguintes, no evoluir nossa construção de modo firme, perene, bela como símbolo de emanação da Justiça Social.

Mas se muito já se fez, muito mais há de ser realizado.

Temos que, antes de buscar cumprir tantas e por vezes insanas metas, convenceremo-nos de que precisamos desmontar do dinossauro estrutural para cavalgar em um corcel ágil que nos permita chegar a um lugar-comum de bem-estar para magistrados e servidores capazes de retomar os esforços necessários à nossa primordial missão de julgar.

A meta primordial deve ser estarmos bem, confiantes e convictos de que com eficiência poderemos vencer os desafios da falta de pessoal e de estímulos a debelar a massa cada vez maior de conflitos que nos chegam.

Temos que repensar a área administrativa como ponto de gerências capazes de movimentar o dia-a-dia da nossa Casa sem criar vazios de chefias desnecessárias ou de sobreposição de comandos, assim para permitir que novos atrativos possam ser destinados àqueles que devem pensar a lide, porque não se justifica este Tribunal e seus Juízos se os que nos buscam continuam em conflito e em desassossego. E temos que repensar a área judiciária como inerente e essencial à nossa atividade-fim, com melhores condições à atividade jurisdicional, indelegável e intransferível, nobre na essência máxima e por isso atividade própria de agentes do Estado.

Temos magistrados de primeira linha que assumem com todo o afinco a nobre missão de julgar, sem outros poréns. Temos servidores de primeira linha prontos para nos apoiar nas atividades de gestão deste Tribunal. Temos tudo, se e enquanto tivermos como norte o retorno ao tempo em que nos competia julgar e sermos respeitados por isso, sem nos perdermos por vezes em atividades paralelas que nos são exigidas ou impostas, no paradoxo em que a atividade-fim se relega a patamar menor para girar a máquina de entraves burocráticos que nos exigem reuniões constantes ao invés de decisões.

Não podemos ficar paralisados em razão de exigências que nos afastem do norte insculpido pela Constituição como nossa missão maior: processar e conciliar ou julgar.

Todos devem colaborar para reafirmarem suas missões institucionais e terem orgulho de pertencer a esta Casa, na certeza de que fazem a diferença para milhares que nos esperam com nossas decisões e, mais importante ainda, que outros tantos não estabeleçam novas lides porque respeitam nossos precedentes e nossas orientações, porque a atividade de um Tribunal não é apenas julgar, mas evitar que novos conflitos persistam sobre um mesmo tema.

Não se mede o valor do Judiciário pelo custo de cada processo tramitado ou em tramitação, mas pelos

conflitos que não nos chegam em razão da observância pelos jurisdicionados ao que declaramos como a inteligência da lei.

Por isso, o nosso compromisso deve ser e é o de apresentar as soluções e não de lastimar nossos limites.

Por isso, todos os magistrados e servidores desta Casa estão conclamados a compreender os novos tempos que exigem novas e urgentes medidas para que não nos transformemos em estruturas velhas já sem condição de reparos, na ruína do Direito e do que se consagra como expressão de Justiça.

Não podemos dar razão aos que nos acham dispensáveis, porque onde não existe a Justiça, não existe o Estado de Direito e a democracia sucumbe pela vontade de alguns e não se realiza como devido: apenas pelo império da Lei.

Também tenho ideias e ideais.

De querer e de fazer.

De construir e de ir além, em passos firmes, distintos, próprios de quem deixa marcas, como as daqueles que me antecederam.

Por isso, rogo que situem seus olhares além disso tudo e percebam na cadeira de Presidente deste Tribunal alguém que ama o Poder Judiciário deste País e em especial esta Justiça do Trabalho, e que assim buscará dignificá-la ao tentar alçar voos ainda mais longos que os que fizeram seus antecessores, enaltecendo as marcas anteriores e deixando outras próprias para as administrações que se seguirem, não porque seja distinto dos que me antecederam, mas porque evoluir é preciso e preciso assim de todo o apoio para fundar mais um pilar desta Casa sempre em edificação do pensamento de ser Justo no enunciar o Direito.

Teremos o momento de escutar e o de falar, o de

decidir e o de aconselhar-se, o de calar e o de exigir silêncio, o de avançar e o de escolher novos caminhos, mas jamais o de destruir, censurar, cassar a palavra dos que opinam, porque somos alguém a construir e não a desarmar as estruturas postas, ainda que novas paredes devam ser erguidas e, mais ainda, esta Casa se reconstrua com portas que se abram cada vez mais à sociedade e janelas que não nos deixem entre paredes sem visão do mundo exterior, como se julgássemos para nossas vaidades e não para os corações dos que se afligiram com suas causas.

As trilhas mais difíceis já foram antes caminhadas pelos que me antecederam e agora o que se descortina são apenas novos rumos para quem já subiu montanhas de problemas e vislumbrou, do alto, que era vitorioso, porque nesse mundo muito me foi dado de desafios e todos foram vencidos ou perdidos, mas nunca antes sem lutar para que fossem ultrapassados.

Assumo, assim, com o olhar adiante e firme na construção de novos pilares e ambientes desta nossa nobre Instituição que é a Justiça do Trabalho, em prol dos que aqui trabalham e dignificam nossa condição de órgãos do Estado, para enaltecer, com nossas sentenças, os que nos procuram.

Denoto como linha mestra a que me acompanhou no exercício da Vice-Presidência e Corregedoria Regional, de imenso respeito por magistrados e servidores, de busca de cooperação e de ajustes, de efetivação dos projetos e de comunicação intensa, com a dignidade de ponderar as posições contrárias, estabelecer o contraditório na seara administrativa e correicional como igualmente ocorre na seara jurisdicional. A Corregedoria Regional que me coube conduzir nos últimos dois anos, espero, agora é diferente e deve evoluir ainda mais na independência necessária de seus atos, com a certeza que deve ter o novo Corregedor, Desembargador Ribamar Lima Júnior, de que a parceria com a Presidência será contínua, porque mais que divisão, repito, as unidades se somam em prol deste Tribunal, ao modo como caminhou a gestão que se encerra e como devem

continuar todos que amam e labutam por esta Casa de Justiça.

Não se pode perder este momento único como o de provocar os colegas a certas reflexões.

Porque de nada adiantam todas as nossas prerrogativas se não mais encontramos em nossas sentenças o símbolo de nossa autoridade, mas apenas a prova de nossas angústias. De nada adiantam nossas prerrogativas se apenas se transformam em manchetes de privilégios exercidos e não de nossas salvaguardas para não temermos ninguém quando enunciarmos nossas sentenças na certeza de nossas convicções e não das opiniões ou ordens alheias.

Na liturgia de nossos atos emana muito de nossa autoridade, porque nada somos quando renegamos a condição de agentes políticos do Estado: como Estado-Juiz, apenas nos submetemos à Constituição e a nossas consciências no dizer e aplicar a lei segundo os atos e fatos em conflito.

Temos por isso, caros colegas, que voltar a ter orgulho de nossas togas e a não termos vergonha de identificarmo-nos como Juizes, porque isso é o que somos e o que devemos ser em respeito aos que nos procuram para, em nome do Estado, dar fim a seus conflitos e paz em suas vidas. Por isso nossas togas são negras, como o símbolo da ausência de preferências, de ideologias, no buscar apenas o certo a partir do que diz nossa consciência no julgar e no interpretar a lei de incidência a cada caso examinado, porque o Judiciário, e sobretudo a Justiça do Trabalho, é o garante da norma legal, mas antes de tudo é o símbolo da paz social a partir do instante em que diz o significado da lei para evitar o conflito a partir das dúvidas que emergem de cada preceito normativo.

Para isso, caros colegas, é preciso que estejamos todos em paz de espírito.

E é nisso que se espera o desenvolver rotinas

que busquem a eficiência da nossa administração em prol dos nossos jurisdicionados, a partir de melhores sistemas gerenciais e de melhor disponibilidade de nossas assessorias.

É preciso buscar o novo, a partir dos modelos existentes, para que se possa ter efetiva motivação no retornar ao trabalho nosso de cada dia em nossos gabinetes e secretarias.

Somos poucos hoje para processar e julgar, em primeiro e segundo graus, as demandas que chegam a cada dia, mais ainda desde quando a Constituição nos outorgou significativas competências, mas não ampliou igualmente nosso Tribunal nem nossas Varas do Trabalho.

Precisamos retornar ao trabalho presencial em que o convívio denota o ponto crucial para novas ideias e para gerenciar melhor o que temos de dúvidas em prol de soluções, porque como ilhas distantes não somos nada, mas juntos somos cada vez maiores e símbolos de excelência como Corte de Justiça.

Por isso e por muito mais, espero alcançar um voto de confiança de todos os colegas, sobretudo meus eminentes pares no Tribunal Pleno, para que essas e outras medidas possam ser logo implementadas e nossos quadros possam dar um salto de qualidade e de produção sem resultar na quebra de nossos limites humanos, porque o que busco é a soma inteligente dos diversos esforços sem ensejar adoecimento ou afastamento do trabalho ou de nossas famílias.

Cabe ainda insistir num último ponto: a valorização do primeiro grau não passa pela destruição da estrutura e da capacidade de ação do Tribunal, porque antes temos atribuições salutares de ordem administrativa, disciplinar e jurisdicional que nos distinguem, inclusive e sobretudo a uniformização jurisprudencial regional que pode permitir um sossego às partes em conflito em havendo segurança ao norte que padrões e obreiros devem se conduzir na tênue relação do

capital e trabalho.

Doutro lado, não pode este Tribunal se erigir em templo de confortos que sejam negados aos Juízes e servidores de primeiro grau, porque nada será desta Corte se não reconhecer a importância da primeira instância, onde desaguam as primeiras mágoas, os primeiros gritos dos desvalidos, as primeiras súplicas, mas também os primeiros ajustes e as primeiras decisões que permitem por vezes já estabelecer o conforto das almas antes em guerra.

Há que se encontrar o ponto de equilíbrio. Conclamo todos, portanto, magistrados e servidores de primeiro e segundo graus, à união por um mesmo objetivo de buscar modelo de eficiência igual para o Tribunal e para as Varas do Trabalho, ao mesmo respeito, à mesma dignidade, à mesma qualidade de trabalho e de resultados que disso deve advir.

Precisamos todos retornar ao convívio pessoal, restabelecer os laços que sempre foram o primado desta Casa, deixar de sermos ilhas após tanto tempo isolados pela crise sanitária para voltarmos a ser continentes de novos avanços no modo de trabalhar e servir bem ao nosso público.

Vamos construir, no presente que é cada nosso novo dia, o caminho para que o mistério do amanhã não seja uma infeliz surpresa ou desatino, mas o confirmar de nossa construção firme e contínua de busca pelo melhor para a Justiça do Trabalho da 10ª Região.

Aos meus pares Desembargadores, portanto, o meu agradecimento pelo voto de confiança e o aguardar sempre a crítica construtiva em prol desta Casa, antes do efeito irreversível, porque quando nos apoiamos construímos algo além da figura do Presidente e em prol desta Região Judiciária. A minha amiga, Desembargadora Elaine Vasconcelos, obrigado pelas palavras gentis proferidas em nome desta Corte, que me envaidecem, mas também me indicam toda a responsabilidade que me cabe agora na

direção deste Tribunal.

Ao Desembargador Brasilino Santos Ramos, que sucedo, o obrigado pelo imenso apoio enquanto estive na Vice-Presidência e Corregedoria, rogando que esteja apenas disposto a continuar ouvindo o amigo e parceiro quando doravante eu estiver a precisar de conselhos, porque vossa Presidência já se distinguiu no tempo e entra para a história pelo divisor de águas que foi estabelecido e pelo caminho tranquilo que trilhamos sob seu comando. A Iara, Ana Carolina, Renata e Pedro Paulo posso avalizar o grande homem que todos têm em sua família como marido e pai. Obrigado pelo tempo que dispensaram dele para que pudesse ter este Tribunal o comandante necessário na tormenta que atravessamos. Sintam-se orgulhosos e envaidecidos pelo que foi construído por quem entra agora para a história deste Tribunal e assim honra o nome de sua família.

Ao Vice-Presidente e Corregedor Regional empossado, Desembargador Ribamar Lima Júnior, o pedido para que busquemos igual parceria, porque o trabalho não se encerra ao final de dois anos, mas como disse antes, é apenas uma parte de uma grande obra que sempre está a ser revisitada, porque também logo Vossa Excelência irá trabalhar para fincar novos pilares na reconstrução contínua e perene que deve ser nosso Tribunal, num evoluir que nos cabe, sempre. A dona Benedita e a Gustavo, podem ter convicção do respeito que o filho e pai possui dentre os que integram estas bancadas e de mim sobretudo ao compartilhar pelos próximos dois anos a nova gestão deste Tribunal. E pode ter certeza, meu amigo e colega Ribamar Lima Júnior, que seus passos continuarão a ser guiados pelo amor imensurável que sempre teve e que sempre dedicou ao saudoso e velho Lima, que sabemos foi seu primeiro mestre nos caminhos então da Advocacia, mas também nos que o firmam como homem digno e cordial que os guia na Magistratura.

Aos meus colegas Juízes de primeiro grau, estejam convictos que nesta cadeira se senta alguém da carreira que jamais esqueceu que nas audiências

cotidianas é que o contato necessário de magistrados e jurisdicionados ocorre e permite que a Justiça do Trabalho se dignifique entre outros ramos do Judiciário, que sabe que vossas sentenças são dadas com o esforço de quem não tem o apoio devido, mas que nem por isso se distanciam de buscar o Direito e a Justiça na solução dos conflitos que lhes são submetidos.

Aos servidores desta Casa, o constante obrigado pelo trabalho que desenvolvem no apoio aos magistrados e no atendimento ao nosso público externo, pedindo-lhes que continuem assim e além na necessidade que temos de reconstruir certos caminhos para estabelecer atalhos em rotinas antigas e já defasadas, num mundo em que a velocidade das coisas está agora nos cliques e a par de distâncias, tal a dinâmica que nos impõem sistemas informatizados, enquanto na contrapartida temos que buscar meios de não nos transformamos nas meras máquinas que nos cabe manipular, porque é no sentimento, inclusive de carinho por esta Justiça, que nos diferenciamos.

Aos meus caríssimos colegas Advogados, Procuradores estatais e Defensores Públicos, repito-lhes as promessas feitas a um antigo causídico que muito militou pelos corredores e salas de audiências e sessões de nossos Foros e Tribunal, meu pai: Vossas Excelências merecem todo o apoio no atuar, porque é em razão das ações que propõem em nome de seus mandatários que nossa atividade jurisdicional se realiza, e por isso sem o Advogado simplesmente não há o Juiz, sem a petição não há a decisão. Por isso, senhores Advogados, fiquem certos de que este magistrado, enquanto administrador, também persiste com suas portas abertas para as sugestões e críticas de Vossas Excelências, sempre que o ideal comum da devida Justiça esteja a nortear nossas ações.

Aos meus caríssimos colegas Procuradores do Trabalho, o meu pedido de prosseguirmos juntos na nobre missão que envolve enunciar a Justiça do Trabalho, porque na atuação do Ministério Público do Trabalho por vezes emergem as condições de ajustamento de condutas que poderiam resultar em demandas individuais em profusão, ou

decorrem as ações coletivas, que permitem reduzir demandas em prol de mais pronta e imediata resposta do Estado-Juiz.

Aos dirigentes sindicais, representantes legítimos dos trabalhadores e do patronato, e a todos da relação capital-trabalho, tenham nesta Justiça a confiança de não sermos servís a ideologias, senão a que emana da Constituição Federal, assim de assegurarmos a livre iniciativa e o primado do capital em prol do bem comum, enquanto se assegura a dignidade ao trabalho e aos valores justos por sua contraprestação, porque não há trabalho se não se proteger a atividade empresarial, mas também não há empresa onde os trabalhadores não são antes dignos de serem igualmente bem e justamente remunerados, capazes de produzirem, mas também de consumirem, num moto-contínuo que gera as riquezas de um País livre e justo.

Ao pessoal da Secretaria da Corregedoria, o meu agradecimento por acompanharem-me nesses dois anos de profícuo trabalho, deixando-me muito realizar e agora caminhar para outros projetos, com o meu obrigado em especial ao meu amigo e sempre fiel escudeiro Hércio Júnior, que me acompanhou como Secretário e que deverá continuar alçando voo mais alto para me assessorar sobretudo quando estiver a enveredar por rota indevida, porque a parceria que temos lhe permite a crítica mais contundente ao que possa estar pensando, como sei do seu silêncio quando pareço caminhar para o possível acerto. Em sua pessoa, minhas homenagens a todos os que nos ajudaram no biênio que se finda: Fabrício, Hercília, Angélica, Stênio, Carolina e Antonio César. Também um agradecimento especial à Exma. Sra. Juíza Auxiliar da Corregedoria Francisca Brenna Vieira Nepomuceno, que me apoio nos trabalhos como Corregedor com inestimável dedicação.

Ao meu fiel Gabinete, de ontem, de hoje, de sempre, o obrigado pelo apoio desde os primeiros dias nesta Corte, porque a eficiência do meu mister se deve ao trabalho constante que desenvolvem para me permitir

refletir sobre cada causa sob julgamento. Chegamos a este dia no plural dos que me acompanham desde o primeiro dia neste Tribunal, e muitos antes disso enquanto Juiz de primeiro grau: Gustavo, Sandro, Rosi, Marco Lourenço, Márcio José, Patrícia e a sempre fiel Chefe de Gabinete Alda Lígia, que é o símbolo da minha tranquilidade com tão fiel equipe.

A todos os servidores, e em especial aos que assumem comigo as áreas de gestão vinculadas à Presidência, obrigado por acompanharem-me no próximo biênio.

Aos que se foram antes, que estariam em festa anterior também adiada por tantas mazelas havidas neste mundo nos últimos anos, nossas saudades e homenagens, com a tristeza por não termos mais entre nossos convidados meu sogro Maércio Carapeba Monteiro, Bernadete Araújo, Mayr Cerqueira Godói, advogado Marcone Guimarães Vieira, Juíza Sílvia Mariózi, Ministro Walmir Oliveira da Costa, dentre outros tantos parentes e amigos arrancados de nosso convívio, que estariam aqui na festa programada para dois anos antes, mas não deixarão de estar, sempre, em nossos registros.

E à minha família, todo o meu amor.

Aos meus pais, padrinhos, irmãos e irmãs, aos agregados, obrigado por me apoiarem sempre e por sempre se envaidecerem do meu sucesso, que antes é de vocês.

Ao meu pai, em especial, o obrigado por ser o mestre das minhas primeiras horas no Direito, quando muitos não entenderam a escolha de quem via linhas, traços e cálculos para buscar então uma inexplicável lógica no decidir a vida dos outros, e à minha mãe, que é mais que símbolo de vida com alegria por cada dia em que assim vive sua vida, o meu obrigado por entender minhas recentes homenagens, porque assim também homenageio quem um dia insistiu que meu primeiro e verdadeiro mestre seguisse os caminhos do Direito, fonte de inspiração que me fez também seguir trilha parecida: "E viva a vida!"

A minha esposa Naiana, minha eterna paixão e encantamento, pela beleza, inteligência e carinho que me permitiram voltar a sorrir mais de vinte anos atrás, quando dez dias nos bastaram para cruzar nossas vidas para sempre. Não teria nunca conseguido chegar até hoje se não me houvesse honrado com seu amor e seu desprendimento, em privilegiar nossa família antes da carreira, a deixar sua vez passar tantas vezes pra que um de nós pudesse continuar. Por isso, dedico a ti o lugar que, mais que eu, você por certo mereceria um dia ocupar, pelo brilhantismo da Juíza magnífica que, um dia, resolveu se encantar por quem de alguma forma lhe roubou outros sonhos, sem certeza de ter-lhe dado tantos quantos os que lhe tinha tirado e mereceria, mais que sonhar, realizar. Tenha hoje na minha consagração a certeza de que tudo o que fizer seja, ao final desse período de gestão, motivo de orgulho para ti e para nossos filhos, na grandeza não apenas maior do que o amor por todos que integram nossa família.

A minha filha Nina, minhas desculpas pelas ausências e incompreensões, porque nossos gênios se combinam, acirram por vezes nossos instantes, mas também me fazem ter a certeza de que em alguém tão igual a mim vislumbro um dos meus maiores acertos: você, minha filha amada, a ser a continuidade, com seus próprios talentos, beleza e inteligência ímpares, dos meus caminhos jurídicos e a dos meus sonhos mais juvenis de eternidade naqueles que repetem meu sobrenome gravado junto aos seus próprios nomes. Tenha meu nome apenas como a partida para o seu, porque seu destino deve ser e será ir além de mim, numa trajetória diversa e com maestria, por caminhos próprios, em que os meus apenas podem servir como pontos no mapa onde possa ter indicado a ética e a moral no agir a cada dia de meus ofícios e da minha vida, e onde, a cada dia, a cada nova vitória sua, meu orgulho se apresenta, ainda quando, no meu jeito, pareço estar em silêncio. O seu sucesso é um presente diário para mim.

A meu filho Vitor, que se tornou logo anjo, na memória que tenho do que você poderia ter sido me refaço

todo dia na certeza de que nossos dias são curtos e nossos desejos por vezes se frustram, como foi não vê-lo crescer e estar agora aqui comigo, senão num imaginar constante de como teria sido e no agradecer tudo que me permitiu ter e ser depois de sua viagem para outra dimensão.

A meu filho Natan, meu príncipe-menino já muito crescido, minhas desculpas por nem sempre compreender suas angústias e nem sempre conseguir expressar-lhe todo o meu amor. Nas suas dificuldades, e no seu buscar vencê-las, ainda quando assim não perceba, o ponto de minha certeza de que nada é intransponível, e que vencer tem outros elementos além de chegar na frente, para ser algo mais próximo de não se deixar desistir, nunca. Por você, nenhum problema pode ser dito como impossível, porque as intransponíveis efetivamente foram guardadas para ti, e tudo o mais, então, apenas pode ser tido como algo cuja solução apenas ainda não foi encontrada.

E a meu filho Nicolas, clone amado e minha criança sempre, que continue a sorrir para mim como desde o primeiro dia, que eu continue a ser seu ídolo e que me tenha por exemplo, ainda quando eu falhe, porque aprenda sempre, meu filho, que nada é quem não erra, desde quando aprenda com seus erros, e seu pai não se nega a errar, mas está, inclusive contigo, sempre tendo algo novo a aprender. Seja sempre alguém que quer ir além dos sonhos, a imaginar mundos novos, porque um dia também sonhei, e se muito me foi dado para que algo do que sonhei seja hoje realidade, mais ainda você terá, comigo a contemplar da montanha da vida os que fiz seguirem trilhas firmes para o próprio sucesso e marcas neste mundo.

A todos que tiveram a paciência de me escutar, mais que a de apenas me ouvir, meu muito obrigado e desculpas pelo tempo tomado de todos.

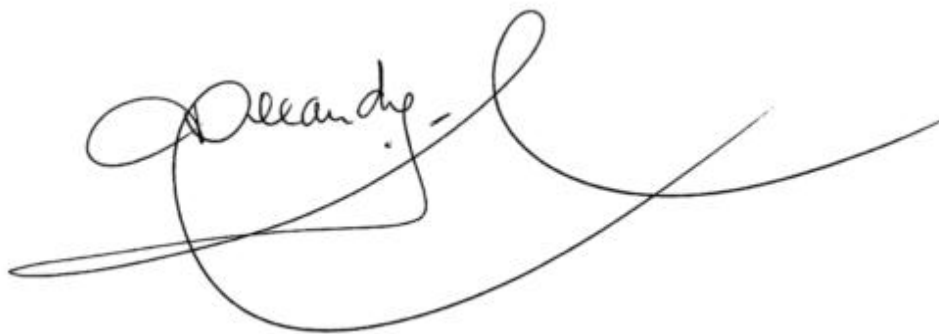
Que eu possa realizar meus sonhos e passar além do mero ideal para encontrar algo a evoluir nas trilhas que tenho que construir para os que virão depois de mim.

Que eu possa servir a este Tribunal como se espera, na certeza de erros e de acertos, de tentativas e de sucessos, e no enunciar, logo mais, quando o bastão passar a outro, como o que recebo agora, que tentei, e se errei, não foi por erro querido, mas por ter tentado, num acerto, errar menos que antes, caminhar adiante, e ter meu nome também guardado, na memória dos que me querem bem e dos que antes, não assim sendo, passarem a respeitar o trabalho que espero fazer em prol deste Tribunal e da Justiça do Trabalho.

O discurso se finda, mas o trabalho apenas se inicia.

Muito obrigado.

(Brasília, sala de sessões do Tribunal Pleno,  
23 de março de 2022) = 22"

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre', with a large, sweeping flourish extending to the right.

(Desembargador Alexandre Nery de Oliveira)

(versão 23/3/2022)